



Ata

9.ª Reunião de Câmara | Ordinária Pública

21 de março de 2022, 16:00h

Maia, Paços do Concelho | Videoconferência

Ao vigésimo primeiro dia do mês de março de dois mil e vinte e dois, pelas dezasseis horas, realizou-se a 9.ª (nona) reunião de Câmara, ordinária pública, por videoconferência, através da plataforma zoom.

Presidiu à reunião o Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago.

Secretariou a reunião a Chefe da Unidade de Apoio aos Órgãos Autárquicos, Marisa Neves.

Estiveram presentes:

1. Presidente, António Domingos da Silva Tiago
2. Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos
3. Vereador, António Manuel Leite Ramalho
4. Vereador, Mário Nuno Alves de Sousa Neves
5. Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras
6. Vereador, Paulo Fernando de Sousa Ramalho
7. Vereadora, Marta Moreira de Sá Peneda
8. Vereador, Paulo Sérgio Fernandes da Rocha
9. Vereador, Hernâni Avelino da Costa Ribeiro
10. Vereador, António José Ferreira Peixoto



Esteve ausente por motivos devidamente justificados o Senhor Vereador José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho, que foi substituído pela Senhora Vereadora Maria João Neno Escobar.

A reunião teve início pelas dezasseis horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Período de intervenção do público

Sem inscrições do público.

2. Período Antes da Ordem do Dia

A Senhora Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras, interveio sobre a necessidade de implementar medidas de descarbonização do setor dos transportes, referindo que estando-se a assistir a uma subida exponencial dos preços dos combustíveis, havia ali uma oportunidade para mudança de mentalidades e fomentar a utilização de transportes públicos, potenciando a mobilidade sustentável e dos modos suaves. Acrescentou que o sector dos transportes era responsável por cerca de 25 por cento (25%) das emissões dos gases de efeito de estufa, sendo um sector essencial para se conseguir atingir a neutralidade carbónica em 2050 (dois mil e cinquenta). A descarbonização de todo o setor dos transportes era a grande prioridade para se conseguir acelerar essa neutralidade até esse ano com que o país e a Europa se tinham comprometido. Com a subida dos combustíveis, havia uma oportunidade para fomentar a mobilidade sustentável, lançando por exemplo um plano municipal de sensibilização para o incentivo dessa mobilidade, nomeadamente com medidas como o *pedibus*, onde as crianças eram acompanhadas por adultos, por exemplo, reformados, e em grupos iam para as escolas, incentivando ao uso da bicicleta quer com ações de formação quer com *workshops* e também junto dos pais para que eles próprios conseguissem vencer o receio, em termos de segurança, que existia muitas vezes, em as crianças irem para a escola de bicicleta. A Senhora Vereadora sugeriu ainda que deviam ser criadas nas escolas condições para que as crianças pudessem deixar as bicicletas em segurança e incentivar também ao uso dos transportes públicos. Para mudar mentalidades era necessário serem assertivos na fase de formação dos jovens em aprendizagem, era a altura ideal para se mudar as mentalidades. No momento atual, as famílias estavam mais disponíveis para refletir e perceber que todos tinham que mudar e se predispor utilizar menos vezes o transporte individual em prol da utilização dos modos



sustentáveis. Considerou que devia haver um incentivo por parte do Município à utilização do transporte público, nomeadamente comparticipando a aquisição de assinaturas mensais do transporte público, como faziam os municípios do Porto e de Matosinhos. Mais acrescentou que nos transportes intermodais do Porto, já estava criada em termos de arquitetura do sistema, uma assinatura mensal para um transporte entre os 13 (treze) e 18 (dezoito) anos. Saliu em evidência que a fase em que se vivia, estava a ser dramática para muitas famílias que não conseguiam acompanhar esse aumento exponencial dos combustíveis, pelo que comparticipar os passes escolares, ou então as assinaturas mensais de todos os alunos que residissem ou estudassem na Maia até aos 18 (dezoito) anos ou até à universidade, e ao mesmo tempo, acompanhar com um plano municipal de sensibilização junto essencialmente das escolas, seria mais eficaz para a mudança de paradigma. Referiu ainda que se estava a assistir a um problema também dramático nas empresas que não conseguiam acompanhar o aumento exponencial dos custos de produção, nomeadamente na energia, mas também nos custos da arte da massa salarial. Nesse sentido, lembrou que a Maia era o 3.º (terceiro) Concelho maior consumidor de energia a nível nacional. No entanto, e contrariamente ao que ia existindo noutros Municípios onde se assistia à implementação de infraestruturas territoriais de produção de energia solar, na Maia ainda não havia uma política que se pudesse evidenciar nesse sentido. Urgia que se dessem passos nessa ótica. Mais referiu que todos tinham tido a notícia da paragem temporária da Siderurgia Nacional, e pelo país tinha havido paragens de empresas de diversos setores, de que eram exemplo o setor automóvel e o têxtil que estavam também a pedir novos apoios ao Estado, no sentido de comparticipação na manutenção de postos de trabalho e nos custos de energia. Era urgente ter um plano na Maia, atendendo ao cariz industrial do Município, para que as empresas pudessem ter uma alternativa no fornecimento de energia. Mais deu como exemplo o município de Paços de Ferreira, que já estava a implementar uma instalação de produção de energia fotovoltaica, que iria produzir anualmente eletricidade capaz de dar resposta a um terço de todo o consumo doméstico. Acrescentou que estava em curso uma revolução no país e era importante que acontecesse no menor curto espaço de tempo, havendo também uma reunião no Conselho da Europa nessa semana, que iria decidir, provavelmente, um incentivo forte à produção de energias renováveis, atendendo a todo o contexto que se vivia



com a situação da invasão da Rússia na Ucrânia, sendo importante que os Municípios se preparassem e começassem a implementar rapidamente esse tipo de solução.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, expressou que as ideias eram sempre bem-vindas, mas que a Câmara não se pode substituir ao Governo da Nação, e até esse tinha que perguntar a Bruxelas quais eram as orientações sobre o IVA e energia. Mais referiu que relativamente à subsidiação do transporte público já o faziam em termos metropolitanos, que pagavam uma parte e que na última reunião da Área Metropolitana do Porto, a Maia teve que assumir o PART de 2021 (dois mil e vinte e um), e o Governo que tinha mecanismos mais poderosos, designadamente através do Fundo Ambiental, diz que não tem mais nenhuma verba no Orçamento. Perante essa realidade, na última reunião assumiram o défice do PART 2021 (dois mil e vinte e um), tendo a Maia assumido cerca de 200 000,00 euros (duzentos mil euros). Era evidente que poderiam fazer sempre mais, sendo ele próprio defensor de que deveriam caminhar para a gratuitidade dos transportes públicos, se houvesse riqueza para tal, sendo a forma mais pragmática de sensibilizar as pessoas, dizendo que não havia razões para não utilizar o transporte público porque ele era gratuito. Mais acrescentou que havia ideias que se poderiam desenvolver como, por exemplo, fechar o centro da Cidade ao domingo e criar programas de animação. Em relação à energia solar, deu nota que já tinham inviabilizado 1 (um) ou 2 (dois) pedidos de licenciamento, porque queriam ocupar cerca de 30 (trinta) hectares de zonas de floresta, abatendo essa área florestal em S. Pedro Fins e Folgosa para aí criarem parques fotovoltaicos. Mais deu nota que era a favor desses painéis, mas não dessa forma, destruindo floresta para descarbonizar. Mais acrescentou que a própria lei não protegia com estudos de impacto ambiental esse tipo de instalações e, em caso de chuvadas, havia o perigo de enxurradas. Mais informou que a Siderurgia Nacional tinha um projeto para instalação de painéis fotovoltaicos na própria área da empresa. Mais deu nota que a Câmara tinha em curso um projeto de descarbonização, no centro da Cidade, que pretendia atingir a neutralidade carbónica em 2025 (dois mil e vinte e cinco), isto é, muito antes de 2050 (dois mil e cinquenta), num projeto no qual estavam a dar passos profundos, sendo que a Maia e Almada tinham sido os 2 (dois) Municípios



que tinham ganho o concurso aberto há cerca de 3 (três) anos.

O Senhor Vereador, Mário Nuno Alves de Sousa Neves, interveio, dando conta que concordava genericamente com aquilo que a Senhora Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras tinha referido. No entanto, lembrava que o Estado Português cobrava impostos brutais relacionados com os combustíveis e com o automóvel, que em Portugal eram os mais caros da Europa. Mais referiu que o Estado também cobrava impostos brutais sobre as empresas, incluindo as de transporte. Quando se dizia que os Municípios deviam subsidiar a utilização de transporte público, e isso já acontecia, nomeadamente com os passes escolares, seria bom que parte dos impostos relativos aos transportes, energia e combustíveis, fossem responsabilidade do Estado assumir através da receita fiscal, o investimento sério na questão que a Senhora Vereadora tinha referido. Mais acrescentou que não deveria caber aos Municípios essa tripla subsidiação em relação a essas questões. Mais referiu que muitas vezes, eram tomadas medidas em Portugal que não passavam de marketing político, nomeadamente o encerramento da Central de Carvão, provocando desemprego, mas continuava-se a importar energia através do carvão e, nesse momento, tendo em conta o que passava no Leste da Europa, provavelmente as centrais portuguesas teriam que ser reativadas. Havia muita retórica à volta desse assunto, e a fatura, como quase sempre em Portugal, caíria nos Municípios. Mais referiu que caberia ao Estado, em relação à energia e à descarbonização, assumir e transferir da sua receita fiscal, e começar a praticar nesse sentido, porque não era com pequenos subsídios que os problemas eram resolvidos, aliás, esses até eram assumidos pelas Autarquias.

A Senhora Vereadora, Marta Moreira de Sá Peneda, interveio, dando nota que todos partilhavam da necessidade da aposta nessa área, mas o município da Maia não tinha precisado de chegar a essa situação de crise, para trabalhar algumas questões evidenciadas na intervenção da Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras, nomeadamente na aposta feita nos modos suaves, nas redes de ciclovias, e a Maia era hoje "Amiga da Bicicleta". Mais acrescentou que era sobejamente conhecida a iniciativa de que todos os trabalhadores viessem trabalhar de bicicleta, proporcionando todas as condições, oferecendo-se um pequeno-almoço saudável e distinguindo o trabalhador que mais vezes viesse trabalhar de bicicleta, no final do ano, com a oferta de uma bicicleta. Foi uma iniciativa distinguida pela Quercus e



estavam a incentivar o tecido empresarial para também adotarem essa iniciativa. Mais referiu que o *pedibus* já estava em prática no Município. Mais deu nota que no fim de semana passado, além da apresentação da nova frota municipal, tinha sido distinguida também a boa prática do *carsharing*. No âmbito da estratégia municipal de adaptação às alterações climáticas, havia 64 (sessenta e quatro) medidas prontas a serem fomentadas, onde o combate à descarbonização do território era um dos focos. Mais deu nota que tinham assinado o Pacto dos Autarcas, tendo metas a cumprir antes de 2050 (dois mil e cinquenta). Relativamente à utilização de energia solar, o Município estava a equacionar fazer de uma forma mais acertada, que era aproveitar as circunstâncias de um largo leque de edifícios municipais e instalar painéis solares na sua cobertura. O Município da Maia era um dos Municípios que fazia parte do "Projeto Solar Metropolitano" que estava a ser desenvolvido em parceria com a AdEPorto.

O Senhor Vereador, António Manuel Leite Ramalho, interveio, dando nota que a sua intervenção não era de modo nenhum uma resposta àquilo que tinha sido dito em todas as intervenções anteriores, mas à parte da temática dos subsídios dos transportes públicos, dos impostos, dos combustíveis e dos veículos, que efetivamente eram cargas pesadas, considerava que andar a pé não precisava de subsídios e ainda não se pagava imposto. Isso tinha sido uma das razões para a Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras ter levantado uma temática, tendo ficado mais esclarecido com a intervenção da Senhora Vereadora Marta Moreira de Sá Peneda daquilo que se estava a fazer, mas o que se estava a fazer a nível do planeamento pedonal, merecia um estudo integrado, podendo ser um plano pedonal ou um plano diretor municipal dos caminhos pedonais, sendo que o primeiro tinha sido feito na Suíça, tendo como objetivo definir uma estratégia integrada daquilo que era o incremento de andar a pé, incluindo ali o *pedibus*. Mais acrescentou que desconhecia que o *pedibus* já estava a ser feito, mas a estar, felicitava a Câmara Municipal. Esse estudo integrado poderia ser feito no âmbito da revisão do PDM, mas também poderia ser feito através de um documento autónomo.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, deu nota que o Senhor Vereador, na intervenção anterior, falava de algo que ele próprio tinha em cima da sua secretária, que era a revisão do Plano de Mobilidade



Sustentável Renovável do concelho da Maia, feito pelos Serviços Camarários com a ajuda de Ana Paula Teles, especialista nesse tipo de planos, que seria apresentado ao órgão executivo e a toda a estrutura da Câmara. Considerava que deveria ser incrementada essa lógica da gratuitidade progressiva dos transportes públicos, e os momentos de crise eram sempre muito oportunos para se fazerem essas mudanças de mentalidade, mas o que era preciso era que o Governo utilizasse os instrumentos que tinha, nomeadamente o Fundo Ambiental, para dar esse passo. Os Municípios poderiam pagar o plano municipal de sensibilização, que não custava tanto, mas deveriam todos sensibilizar o Governo para usar bem o dinheiro do Fundo Ambiental, para fazer aquilo que a Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras tinha referido na sua intervenção.

3. Aprovação da ata da 7.ª reunião extraordinária de 25 de fevereiro de 2022

Depois de submetida a discussão e votação, foi a ata **aprovada por unanimidade**. Não participaram na votação as Senhoras Vereadoras Marta Moreira de Sá Peneda e Maria João Neno Escobar por não terem estado presentes na reunião a que a ata dizia respeito nos termos do impedimento legal previsto no n.º 3 do art.º 34.º do Código de Procedimento Administrativo.

4. Aprovação da ata da 8.ª reunião ordinária de 07 de março de 2022

O Senhor Vereador António Manuel Leite Ramalho interveio dando nota que iriam enviar retificações ao ponto 5 (cinco) da ordem do dia e que o Senhor Vereador Francisco José Ferreira da Silva Vieira de Carvalho já tinha enviado um *e-mail* a solicitar a audição da gravação da reunião. Mais referiu que também o Senhor Vereador Paulo Sérgio Fernandes da Rocha iria enviar retificações.

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras ficou de enviar retificações de pormenor ao "Período de Antes da Ordem do Dia".

Depois de submetida a discussão e votação, foi a ata **aprovada por unanimidade**. Não participou na votação a Senhora Vereadora Maria João Neno Escobar por não ter estado presente na reunião a que a ata dizia respeito nos termos do impedimento legal previsto no n.º 3 do art.º 34.º do Código de Procedimento Administrativo.



5. Maia Juventude em Movimento: “Férias Ativas Jovens” e “Programa Conheces?” 2022 (dois mil e vinte e dois), a decorrer nas interrupções letivas de Páscoa, Verão e Natal – autorização para realização de despesa até 3 500,00 euros (três mil e quinhentos euros) e constituição de fundo de manei

Proposta subscrita pelo Senhor Vereador do Pelouro do Desporto, Juventude e Dinamização Territorial, Hernâni Avelino da Costa Ribeiro – Registo n.º 8616/22

Depois de submetida a discussão e votação, foi a proposta, autorizando a realização dos Programas “Férias Ativas Jovens” e “Conheces?” 2022 (dois mil e vinte e dois) – Edições de Páscoa, Verão e Natal bem como a execução de despesas até ao montante máximo de 3 500,00 euros (três mil e quinhentos euros), com IVA incluído à taxa em vigor e a constituição de fundo de manei a favor de Rosana da Graça Fernandes dos Santos, **aprovada por unanimidade.**

6. Protocolo de Acordo celebrado com a Associação de Basquetebol do Porto para o apoio ao basquetebol juvenil no concelho da Maia – Aprovação do montante máximo de participação no valor de 3 100,00 euros (três mil e cem euros), para a época desportiva 2021-2022 (dois mil e vinte e um – dois mil e vinte e dois)

Proposta subscrita pelo Senhor Vereador do Pelouro do Desporto, Juventude e Dinamização Territorial, Hernâni Avelino da Costa Ribeiro – Registo n.º 7246/22

Depois de submetida a discussão e votação, foi a proposta, autorizando o pagamento à Associação de Basquetebol do Porto de até 3 100,00 euros (três mil e cem euros) no âmbito do Protocolo celebrado para apoio ao basquetebol juvenil, na época desportiva 2021-2022 (dois mil e vinte e um dois mil e vinte e dois), iniciada em setembro, **aprovada por unanimidade.**

7. Protocolo de Acordo celebrado com a Associação de Futebol do Porto para o apoio ao futebol e futsal juvenil no concelho da Maia – Aprovação do montante máximo de participação no valor de 95 000,00 euros (noventa e cinco mil euros), para a época desportiva 2021-2022 (dois mil e



vinte e um-dois mil e vinte e dois)

Proposta subscrita pelo Senhor Vereador do Pelouro do Desporto, Juventude e Dinamização Territorial, Hernâni Avelino da Costa Ribeiro – Registo n.º 7249/22

Depois de submetida a discussão e votação, foi a proposta, autorizando o pagamento à Associação de Futebol do Porto de até 95 000,00 euros (noventa e cinco mil euros) no âmbito do Protocolo celebrado para apoio ao futebol e futsal juvenil, na época desportiva 2021-2022 (dois mil e vinte e um dois mil e vinte e dois), iniciada em agosto, **aprovada por unanimidade.**

8. Protocolo de Acordo celebrado com a Associação de Voleibol do Porto para o apoio ao voleibol juvenil no concelho da Maia – Aprovação do montante máximo de comparticipação no valor de 5 100,00 euros (cinco mil e cem euros), para a época desportiva 2021-2022 (dois mil e vinte e um-dois mil e vinte e dois)

Proposta subscrita pelo Senhor Vereador do Pelouro do Desporto, Juventude e Dinamização Territorial, Hernâni Avelino da Costa Ribeiro – Registo n.º 7256/22

Depois de submetida a discussão e votação, foi a proposta, autorizando o pagamento à Associação de Voleibol do Porto de até 5 100,00 euros (cinco mil e cem euros) no âmbito do Protocolo celebrado para apoio ao voleibol juvenil, na época desportiva 2021-2022 (dois mil e vinte e um-dois mil e vinte e dois), iniciada em setembro, **aprovada por unanimidade.**

9. Protocolo de Acordo celebrado com a Associação de Andebol do Porto para o apoio ao andebol juvenil no concelho da Maia – Aprovação do montante máximo de comparticipação no valor de 9 300,00 euros (nove mil e trezentos euros), para a época desportiva 2021-2022 (dois mil e vinte e um-dois mil e vinte e dois)

Proposta subscrita pelo Senhor Vereador do Pelouro do Desporto, Juventude e Dinamização Territorial, Hernâni Avelino da Costa Ribeiro – Registo n.º 7257/22



Depois de submetida a discussão e votação, foi a proposta, autorizando o pagamento à Associação de Andebol do Porto de até 9 300,00 euros (dois mil e trezentos euros) no âmbito do Protocolo celebrado para apoio ao andebol juvenil, na época desportiva 2021-2022 (dois mil e vinte e um-dois mil e vinte e dois), iniciada em agosto, **aprovada por unanimidade.**

10. Celebração de um contrato programa entre o município da Maia e a Freguesia de S. Pedro Fins tendo em vista a comparticipação financeira nos encargos da Junta de Freguesia de S. Pedro Fins, com as obras de reconversão do parque infantil na Avenida de S. Fins, numa zona de recreação intergeracional

Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago – Registo n.º 7908/22

Depois de submetida a discussão e votação, foi a atribuição de um apoio financeiro à Junta de Freguesia de S. Pedro de Fins, no montante de 85 838,64 euros (oitenta e cinco mil oitocentos e trinta e oito euros e sessenta e quatro cêntimos), tendo em vista a comparticipação financeira do município da Maia, nos trabalhos de reconversão do seu parque infantil, sito na Avenida de S. Fins, transformando-o numa zona de recreação intergeracional, **aprovada por unanimidade.**

11. Celebração de um contrato de concessão de benefício público a celebrar entre o município da Maia e a Vigararia da Maia, através da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de S. Pedro Fins, para as atividades no âmbito da Missão Maia 2022 (dois mil e vinte e dois)

Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago – Registo n.º 9717/22

Depois de submetida a discussão e votação foi a atribuição de um apoio financeiro à Vigararia da Maia, através da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de S. Pedro Fins, no montante de 13 972,50 euros (treze mil novecentos e setenta e dois euros e cinquenta cêntimos), tendo em vista a comparticipação financeira do município da Maia na realização do Programa Missão Maia 2022 (dois mil e vinte e dois), por parte da Vigararia da Maia, **aprovada por unanimidade.**



12. Atribuição de um apoio financeiro à Associação Animais de Rua – Esterilização e Proteção de Animais em Risco – Implementação do Programa CED (Capturar, Esterilizar, Devolver) – Colónias de Gatos do concelho da Maia

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, e pela Senhora Vereadora do Pelouro da Qualidade de Vida, Ambiente, Clima e Energia, Marta Moreira de Sá Peneda – Registo n.º 6634/22

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago interveio, referiu que era com agrado que apresentava esta iniciativa para a qual a Autarquia não tinha nenhuma ajuda. Mais acrescentou que tinham o projeto do Centro de Excelência e Bem-Estar Animal, que era algo que seria muito oneroso. Também referiu a construção, pela Câmara, de um parque de matilhas para os cães que andavam perdidos. Também já tinham construído 4 (quatro) parques caninos e iriam fazer mais, e não tinham recebido nada.

A Senhora Vereadora Marta Moreira de Sá Peneda interveio, dando nota que essas eram situações que se legislava, se impunha aos Municípios, mas não havia a respetiva transferência do envelope financeiro. Mais acrescentou que esse apoio em concreto tinha a ver com a parceria que tinham com a Associação Animais de Rua, que fazia a captura, esterilização e a devolução por forma a que os gatos não se reproduzissem na via pública. Considerava que a proposta estava bem instruída, fazendo sempre questão que a mesma fosse dotada do *feedback* dos munícipes, estando também devidamente justificada a dotação cabimental.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago questionou sobre a questão dos cães, tendo a Senhora Vereadora Marta Moreira de Sá Peneda respondido que não estava previsto, mas estava a ser estudado. A obrigatoriedade da Lei era recolher do espaço público todos os animais abandonados, na medida do possível.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, referiu que para além de recolherem, de tratarem e de colocarem chips em cães recolhidos, também deviam esterilizá-los para ter um maior controlo.



A Senhora Vereadora Marta Moreira de Sá Peneda esclareceu que era legítimo o raciocínio do Senhor Presidente, mas isso implicava que no final, o animal fosse devolvido, mas isso em termos legais não era possível.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago esclareceu que poderiam devolver através da adoção, mas já esterilizado, tendo a Senhora Vereadora respondido que isso já acontecia, mas não podiam recolher mais do que a lotação do CROACM permitia.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal mais questionou sobre os pombos e as gaivotas, acrescentando que a Área Metropolitana do Porto tinha aprovado um estudo, mas só para a faixa atlântica.

A Senhora Vereadora, Marta Moreira de Sá Peneda esclareceu que esse assunto tinha sido colocado em sede de reunião da Área Metropolitana do Porto, e na altura, o Município da Maia tinha manifestado vontade de ser também incluído no estudo, dado que assim que eram afugentadas da faixa costeira, vinham para o interior. Na altura, não incluíram a Maia nesse estudo e quando teve conhecimento, à posteriori, reclamou, e nesse momento, já faziam parte do estudo. Paralelamente a esse estudo, já tinham reunido com empresas do ramo, para em sítios muito específicos, puderam usar a técnica da falcoaria, convidando um elemento do PAN a estar presente, para depois não serem levantadas questões do bem-estar animal.

Depois de submetida a discussão e votação, foi a atribuição de um apoio financeiro à Associação Animais de Rua – Esterilização e Proteção de Animais em Risco, no montante de 20 000,00 euros (vinte mil euros), tendo em vista apoiar a Associação na implementação do programa CED (Capturar, Esterilizar, Devolver), em colónias de gatos, **aprovada por unanimidade**.

13. Escola a Tempo Inteiro: Programa de Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico e Serviço de Apoio à Família (Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto) - Abertura Procedimento Concursal

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, e pela Senhora Vereadora do



Pelouro da Educação e Ciência, Emília de Fátima Moreira dos Santos –
Registo n.º 11 914/22

O Senhor Vereador António Manuel Leite Ramalho interveio, questionando se era a abertura de um procedimento concursal e qual era o âmbito desse programa.

A Senhora Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos respondeu que esse era um ponto que tinha vindo à Câmara sucessivamente, tendo a Câmara Municipal assumido a gestão do programa de atividades de enriquecimento curricular, e isso era também a contratação do pessoal docente associado ao exercício das competências que lhe estavam associadas. As atividades propostas para o presente ano letivo eram exatamente as mesmas dos anos anteriores, com 6 tempos semanais de atividades, 3 (três) tempos de atividade física e desportiva, sendo que 1 dos tempos estava destinado ao relaxamento para dar sequência à ioga já praticada no pré-escolar. Havia outra atividade que era o Cria+, dividida também em 3 tempos: 1 tempo de filosofia para crianças, 1 tempo para as artes e o restante para as oficinas de ciências. Mais deu nota que esse Programa tinha vindo a correr muito bem, havendo de facto uma competência que havia não tinham conseguido atingir, porque não havia profissionais suficientes no mercado para corresponder a esse desafio que, em tempos, tinham tido relacionado com a música. Mais acrescentou que a Câmara Municipal suportava 6 tempos semanais, mas só era ressarcida pelo Ministério em 5 tempos, porque desde o ano passado, o tempo de supervisão pedagógica dos recreios por partes dos professores, tinha passado a ser considerado como tempo para a componente letiva, havendo uma “hora morta” no período diário de cada menino em que não havia atividades e os pais tinham que ir buscar os meninos. A Câmara Municipal viu-se assim na necessidade de criar uma sexta atividade para complementar esse tempo. O que estava previsto era gastar cerca de 1 500 000,00 euros (um milhão e quinhentos mil euros) e o financiamento do corrente ano rondava os 619 000,00 euros (seiscentos e dezanove mil euros), havendo um défice de 815 000,00 euros (oitocentos e quinze mil euros), devendo-se a essa hora extra, mas também ao facto de terem colocado em todas as escolas um professor residente. Esse professor era aquele que estava a tempo inteiro em cada uma das escolas, tendo a função de fazer a articulação entre a Câmara Municipal e o Diretor do Agrupamento, de coordenar toda a atividade curricular e de substituir um



professor que faltasse. Através desse Programa, queriam reforçar as competências que queriam provocar em cada uma das crianças maiatas, que já começava no pré-escolar, respeitando sempre o poder de gestão e de autonomia de cada escola.

Depois de submetida a discussão e votação, foram o mapa previsional da despesa com recursos humanos e respetivas despesas de funcionamento, a abertura de procedimentos concursais de recrutamento e seleção de Técnicos para ocupação de um total de 134 (cento e trinta e quatro) postos de trabalho e a constituição de reserva de recrutamento válida para o ano letivo, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, a tempo parcial, **aprovadas por unanimidade.**

14. Doação à Cruz Vermelha Portuguesa de uma parcela de terreno sita à Rua de Goa, na Freguesia de Águas Santas, concelho da Maia

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, e pela Senhora Vereadora do Pelouro da Educação e Ciência e Saúde, Emília de Fátima Moreira dos Santos – Registo n.º 9827/22

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago deu nota que a Cruz Vermelha estava a construir uma Unidade de Cuidados Continuados na freguesia de Águas Santas. Mais acrescentou que tinha surgido a oportunidade de se adquirir uma parcela de terreno contígua a essa construção, e que com isso o equipamento ficaria muito melhor servido e equipado em termos de área envolvente.

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras interveio, questionando para que efeito era esse terreno.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago respondeu que essa parcela era para anexar ao terreno onde estava a ser construída a Unidade. Mais disse que, a Cruz Vermelha tinha comprado em tempo, uma estrutura abandonada que era para uma residência sénior, e estava a reconvertê-la em unidade de cuidados continuados, tendo sido aprovada quer pela ARS quer pela Câmara Municipal, que também tinha aprovado um subsídio aquando da aquisição



do terreno.

A Senhora Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos acrescentou que os valores dos subsídios rondaram os 600 000,00 euros (seiscentos mil euros): 250 000,00 euros (duzentos e cinquenta mil euros) para o apoio à aquisição, 250 000,00 euros (duzentos e cinquenta mil euros) para apoio à construção e 100 000,00 euros (cem mil euros) para apoio ao equipamento, que seria a última tranche que faltaria aprovar em reunião de Câmara.

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras questionou qual era o valor total da construção, tendo a Senhora Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos, respondido que rondava os 4 000 000,00 euros (quatro milhões de euros).

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, realçou que era um esforço muito grande que a Cruz Vermelha – Delegação da Maia estava a fazer.

A Senhora Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras, questionou se a área a ser doada era para jardins envolventes, tendo o Senhor Presidente respondido que era para uso dos utentes e que complementava a área já existente.

A Senhora Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos, mais acrescentou que esse equipamento era de 44 (quarenta e quatro) camas, e no âmbito do Acordo com a ARS e com a Cruz Vermelha Portuguesa, a Câmara Municipal da Maia, na pessoa do seu Presidente, tinha conseguido que 3 dessas camas ficassem para munícipes maiatos. Mais deu nota que grande parte da população de cuidados continuados, era na valência de convalescença, salientando que um dos últimos munícipes maiatos tinha sido enviado para Bragança.

Depois de submetida a discussão e votação foi a proposta, procedendo à outorga da escritura pública de doação à Cruz Vermelha Portuguesa, da parcela de terreno, com a área de 1 540,00 m² (mil quinhentos e quarenta m²), sita à Rua de Goa, na freguesia de Águas Santas, concelho da Maia, destinada à construção da Unidade de Cuidados Continuados da Cruz Vermelha, **aprovada por unanimidade.**



15. Constituição de Comissões de Vistorias

Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago – Registo n.º 12 500/22

Depois de submetida a discussão e votação, foram as Comissões de Vistorias descritas na proposta anexa, revogando a deliberação camarária tomada na 34.ª (trigésima quarta) reunião ordinária de 06/12/2021, no ponto 4 (quatro) da ordem do dia, **aprovadas por unanimidade. Mais deliberou** que onde se lia “Técnico Superior da Divisão de Gestão Operacional e Logística, José da Silva Barros” e “Divisão de Ação Social” devia ler-se “Técnico Superior da Divisão de Projetos, Espaço Público e Infraestruturas, José da Silva Barros” e “Divisão de Desenvolvimento Social”, respetivamente, **por unanimidade.**

16. Pedido de isenção de taxas de licenças para realização de evento – Desfile de Carnaval – Associação de Pais da Escola Básica de Pedras Rubras

Informação emanada pela Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – Registo n.º 9288/22

Depois de submetido a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica de Pedras Rubras, **aprovada por unanimidade.**

17. Pedido de isenção de taxas de licenças para realização de evento religioso – Procissão – Fábrica da Igreja de Santa Maria de Nogueira

Informação emanada pela Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – Registo n.º 10 100/22

Depois de submetido a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela Comissão de Fábrica de Santa Maria de Nogueira, **aprovado por unanimidade.**

18. Protocolo de Acordo celebrado entre o município da Maia e a Associação Jurídica da Maia na valorização, defesa e promoção da ciência e culturas jurídicas ao nível da Comarca da Maia



Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago

Depois de submetida a discussão e votação foi a celebração do Protocolo de Acordo, tendo em vista a valorização, defesa e promoção da ciência e culturas jurídicas no Concelho, **aprovada por unanimidade.**

19. Férias Culturais – Fixação do preço e aprovação da entrada da receita

Informação emanada pela Divisão da Cultura – Registo n.º 9350/22

Depois de submetido a discussão e votação foram a fixação do preço das inscrições no evento “Férias Culturais” em 30,00 euros (trinta euros) e entrada da receita nos cofres da Autarquia, **aprovadas por unanimidade.**

20. Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.M. - Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos - retificação lapso de escrita

Ofício emanado pela Maiambiente – Empresa Municipal do Ambiente, E.M.

Depois de submetida a discussão e votação, foi a retificação, por lapso de escrita, da deliberação camarária tomada na 34.^a (trigésima quarta) reunião ordinária de 6/12/2021, ponto 10 (dez), no documento “Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do município da Maia para 2022 – nota justificativa” e na sua Tabela do ponto 2.2 – Tarifário PAYT (indexação à produção de resíduos), na qual onde se lê “€/m³” deve ler-se “€/L”, **aprovada por unanimidade.**

21. Relatório Final do Programa Extraordinário de Apoio Direto à Economia Local (PEADEL)

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago e pelo Senhor Vereador da Competitividade Económica, Relações Internacionais e Turismo, Paulo Fernando de Sousa Ramalho – Registo n.º 10 415/22

O Senhor Vereador Paulo Fernando de Sousa Ramalho interveio, dando nota que esperavam que mais atores económicos tivessem concorrido a esse plano de apoio à economia local, mas isso não tinha acontecido e afinal o impacto económico da pandemia não tinha sido tão forte na Maia como estavam a pensar. Mais acrescentou que tinham proposto 1 200 000,00 euros (um milhão e duzentos mil



euros) para esse programa, mas não iria ultrapassar os 300 000,00 euros (trezentos mil euros), ressalvando que faltavam ainda cerca de 17 (dezassete) casos que estavam ainda à espera de parecer final para se proceder ao pagamento das tranches, dado que havia dúvidas relativamente à questão da perda de postos de trabalho. Mais salientou que cerca de 90 (noventa) por cento dos apoiados tinham mantido e até aumentado o número de postos de trabalho. Mais referiu que os Municípios não tinham competências próprias nessa área de apoio à economia, e quem a tinha, em primeira instância era o Estado Central e a autarquia local apenas podia e devia intervir nessas áreas em forma complementar no seu território, quando os apoios do Estado não eram suficientes. Mais deu nota que os Serviços não estavam preparados para um desafio como esse, mas a partir desse momento, tinham uma equipa preparada para desafios similares no futuro, sendo agora portadora de *know-how*. Mais realçou que o apoio à economia que a Autarquia deu, foi mais do que esse apoio direto, tendo apoiado também a restauração indexando ao Turismo Sénior; o comércio local, promovendo um conjunto de ações fora do território inclusive, e ao comprar no comércio local, habilitavam-se a prémios, como tinha sido o caso do Comércio + Local. Mais salientou que essa tinha sido uma matéria que tinha tido o apoio de todos.

O Senhor Vereador Paulo Sérgio Fernandes da Rocha interveio, dando nota que estavam todos de parabéns, dado que o mesmo tinha sido aprovado por unanimidade, mas na altura o que tinham dito, e nesse momento confirmava-se, que teria sido a melhor opção, era ter alargado o número de CAE que pudessem levar até a uma adesão maior relativamente a algumas empresas que não puderam concorrer a esse programa, porque não se encaixavam nos casos que se encontravam regulamentados. Mais acrescentou que tinha conhecimento de alguns munícipes em que a segunda tranche tinha demorado a ser paga e que desde novembro os Serviços diziam que estava tudo bem, mas o certo era que já se estava em março, e o pagamento ainda não tinha sido feito e se algum era um dos casos em que havia dúvidas, era um período de tempo entre novembro e março um bocado exagerado para quem precisava dos valores. Era necessário tentar agilizar os procedimentos, cumprindo sempre o procedimento a tomar, porque se em novembro tinham notificado que estava o processo em ordem, e passado para o Departamento de Finanças e Património para ser efetuado o pagamento, e passado



A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Paulo', written over a blue horizontal line.

tanto tempo, o pagamento ainda não tinha sido feito, o procedimento teria que ser mais rápido e eficaz.

O Senhor Vereador, Paulo Fernando de Sousa Ramalho, esclareceu que tinha havido alguns problemas na fase de instrução dos processos, admitindo que poderia ter sido feito de forma menos burocrática, mas poderiam assim não ter sido tão rigorosos. Mais deu nota que até tinham tido casos de beneficiários que não vieram assinar o contrato. Na generalidade, tinha corrido muito bem, mas no futuro, poderia correr de uma forma mais célere e eficaz, sendo agora portadores de *know-how* nessa matéria.

O Senhor Vereador Paulo Sérgio Fernandes da Rocha salientou que estavam todos de parabéns e o custo do programa não tinha atingido o que estava previsto, mas tinha sido o valor que a sociedade tinha pedido.

O Senhor Vereador Paulo Fernando de Sousa Ramalho deu nota que sobre os CAE, só poderiam ser beneficiados aqueles atores económicos que tivessem sido muito prejudicados, de forma objetiva, pelo confinamento. Haviam muitas atividades que poderiam ali ter sido englobadas e que tinham ficado prejudicadas, mas tinham desenvolvido as suas atividades, e nos estudos feitos, tinha ficado demonstrado que não poderiam ser abrangidas.

O Senhor Vereador Hernâni Avelino da Costa Ribeiro interveio, esclareceu que tudo o que tinha sido pedido tinha sido o mais célere e o mínimo exigido por Lei. Estes programas aprovados pelo Executivo e com um certo sentido e abrangência, com a envolvência dos Serviços para transformar em regulamentos e procedimentos, mas por vezes deparavam-se com obstáculos que minorizavam o objetivo do programa. Mais salientou que estavam a falar de comerciantes que para terem direito ao programa, tinham visto as suas atividades bastante prejudicadas com a pandemia, e precisavam de dinheiro para pagarem as suas dívidas e até fazer algum investimento para aproveitarem a retoma. A Câmara Municipal tinha criado uma expectativa não tinha cumprido em meio ano, e os Serviços deveriam fazer essa reflexão.

O Senhor Vereador Paulo Sérgio Fernandes da Rocha considerou que a parte final da intervenção anterior era muito importante, dado que havia munícipes que



tinham informação escrita da Câmara Municipal que o processo estava bem, mas desde novembro que esperavam pelo pagamento. Era necessário que fosse feita essa reflexão, não sendo uma crítica.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago esclareceu que lhe tinha sido transmitido que havia uma dúvida, de procedimento, quanto à possibilidade de um dado candidato ter perdido um colaborador, e se isso inviabilizaria o apoio, tendo respondido que não considerava tal e que tal facto deveria ser descontado na proporção da ajuda.

O Senhor Vereador Paulo Fernando de Sousa Ramalho deu nota que era isso que estava estipulado no Regulamento.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal questionou o porquê de não ter sido assim e quem é que deveria ter esclarecido isso, dado que o Departamento de Finanças e Património poderia ter tido uma interpretação distorcida, e que se foi o Departamento Jurídico que o disse, deveria tê-lo feito por escrito. Quando havia uma dúvida e não havia consenso, deveria ser criado um ambiente para a decisão acontecer. Solicitou ao Senhor Vereador Paulo Fernando de Sousa Ramalho que visse se estava tudo resolvido, e se não estivesse, que o informasse de imediato.

O Senhor Vereador Paulo Fernando de Sousa Ramalho deu nota que as questões estavam todas tratadas e a Diretora do Departamento de Finanças e Património sabia exatamente o que tinha que fazer, e se ainda não tivesse feito, tal deveria estar para acontecer.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago referiu que tinham criado um modelo de apoio, mas tinha ficado aquém do valor previsto e um dos argumentos para isso, era que as empresas não tinham precisado tanto como a Câmara tinha previsto, mas estavam disponíveis para ajudar se assim fosse necessário e se pudessem.

O Senhor Vereador Paulo Fernando de Sousa Ramalho deu nota que várias Câmaras Municipais pediram cópia do Regulamento para fazerem algo similar. Mais acrescentou que um grande número de Autarquias que foram notícia na televisão e nos jornais não tinha feito nem metade do que a Câmara Municipal da Maia tinha



feito.

Tomado conhecimento.

22. Deliberações tomadas na 1.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal da Maia

Ofício da Assembleia Municipal da Maia – Registo n.º 10 128/22

Tomado conhecimento.

23. Documentos apresentados e aprovados na 1.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal da Maia

Ofício da Assembleia Municipal da Maia – Registo n.º 10 612/22

Tomado conhecimento.

24. Resumo Diário da Tesouraria

Informação do Departamento de Finanças e Património – registo n.º 12 863/22

Tomado conhecimento.

A Câmara Municipal mais deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta as deliberações tomadas, para efeitos de execução imediata.

Pelas 18:29h o Senhor Presidente da Câmara encerrou a reunião, da qual se lavra a presente ata, que é constituída por vinte e uma (21) páginas e respetivos anexos.

O Presidente da Câmara Municipal da Maia

António Domingos da Silva Tiago

A Secretária da Reunião

Marisa Neves

Maia e Paços do Concelho, 21 de março de 2022

